

Proposta n.º JF 61/2021

Abertura do procedimento n.º A13/2021 – Aquisição de equipamentos de rega para os espaços verdes

Considerando o auto de transferência de recursos entre o município de Sintra e a União de Freguesias de Agualva e Mira Sintra, celebrado em 04 de março de 2020.

Considerando o contrato de prestação de serviços para a manutenção dos espaços verdes com o “Centro de Emprego Protegido do C.E.C.D. Mira Sintra CRL”, efetuada na sequência do Procedimento Concursal n.º A27/2020, adjudicado através da Proposta n.º JF 86/2020, de 07 de maio.

Considerando o contrato de prestação de serviços para a manutenção dos espaços verdes com as empresas “Hosiplante, Projecto, Execução e Manutenção de Espaços Verdes, Lda.” e “Recolte, Serviços e Meio Ambiente, S.A.”, efetuada na sequência do Procedimento Concursal nº A48/2020 adjudicado através da Proposta n.º JF 22/2021, de 18 de fevereiro.

Considerando foi efetuado um levantamento dos equipamentos da rede de rega dos espaços verdes da Freguesia que se encontram danificados, designadamente programadores e electroválvulas.

Considerando ser necessário a aquisição contínua dos equipamentos que se estimam ser necessário substituir durante o ano de 2021, de modo a garantir o adequado funcionamento dos sistemas de rega.

Considerando que a despesa em causa tem enquadramento no órgão e na económica constantes do documento em anexo, tendo sido efetuado o respetivo cabimento;

Considerando que a despesa do procedimento infra é inferior a €20.000,00 (vinte mil euros), encontrando-se a fixação do preço base fundamentada com base em critérios objetivos;

Considerando que o procedimento adequado para a referida aquisição é a Consulta Prévia, nos termos da alínea b) do n.º 1 e alínea e) do n.º 2, ambos do artigo 16.º e da alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º, cuja tramitação consta dos artigos 112.º a 127.º, todos do Código dos Contratos Públicos;

Considerando que o Órgão competente para tomar a decisão de contratar é o executivo da Junta de Freguesia, no uso de competência própria, estabelecida no artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, cuja disposição foi mantida em vigor pela alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação.

Atento aos considerandos e ao enquadramento legal acima referido, proponho que se delibere:

- Autorizar a contratação, ao abrigo do artigo 36.º, do artigo 38.º, da alínea b) do n.º 1 e alínea e) do n.º 2, ambos do artigo 16.º e da alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º, todos do Código dos Contratos Públicos, nos seguintes termos:

Entidades a consultar (Artigo 112.º e 114.º do CCP)	Aquamatic S.A., Sistemas de Rega Automática. Hidraulicart Canalcentro, SA. Outros
---	--

Objeto	Aquisição de equipamentos de rega para os espaços verdes
CPV	77311000-3 "Serviços de manutenção de jardins ornamentais e recreativos"
Preço Base (N.º 1 do artigo 47.º CCP)	Fixação do preço base fundamentada N.º 3 do artigo 47.º do CCP: preços atualizados do mercado obtidos através da consulta preliminar prevista no artigo 35.º-A.
Valor S/ IVA	
€ 11.500,00	O preço máximo pelo qual a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela referida aquisição de serviços resultou da contratação anteriormente efetuada.
Valor C/ IVA	
€ 14.145,00	
Prazo de Execução	A prestação de serviços inicia-se na data de outorga do contrato inclusive e por um prazo de 365 dias, nos termos do Caderno de Encargos.
Compromissos Plurianuais	No âmbito do presente procedimento não há lugar a compromissos plurianuais.
Designação do Júri (artigo 67.º do CCP)	Presidente: Filipa Garcia Vogais: Miguel Araújo e Rosário Barbosa. Vogais Suplentes: Patrícia Silva e José Correia.
Critério de Adjudicação (artigo 74.º do CCP)	A adjudicação é feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, determinada pela avaliação do preço ou custo enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar.
Caução (artigo 88.º a 91.º do CCP)	Não há lugar a prestação de caução nos termos previstos no n.º 2 do artigo 88.º do CCP, nem a retenção, a título de garantia, de 10% do pagamento a efetuar, atendendo à simplicidade e natureza da contratação e ao facto de a sua exigência poder importar um agravamento do preço contratual.
Negociação (artigo 118.º do CCP)	Não há lugar a fase de negociação.
Gestor do Contrato (artigo 290.º A do CCP)	Miguel Araújo, assistente técnico

- b) Autorizar, nos termos do n.º 1 do artigo 47.º do Código dos Contratos Públicos, que o preço base (preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar) seja **€11.500,00** (onze mil e quinhentos euros), a que acresce o IVA à taxa legal aplicável.
- c) Aprovar, as peças do procedimento, ao abrigo do n.º 1 e n.º 2 do artigo 40.º do Código dos Contratos Públicos, designadamente o Convite e Caderno de Encargos (inclui especificações técnicas) anexas à presente proposta;
- d) Autorizar que no âmbito do presente procedimento sejam consultadas as entidades supra indicadas, em concordância com o estabelecido no n.º 2 do artigo 112.º e n.º 1 do artigo 113.º do Código dos Contratos Públicos, uma vez que não viola os limites previstos nos n.º 2 e 5 do artigo 113.º do já mencionado diploma;
- e) Aprovar a respetiva repartição de encargos estimada;
- f) Autorizar que o prazo para a entrega de proposta seja de 7 (sete) dias;

Proposta n.º JF 61/2021

Abertura do procedimento n.º A13/2021 – Aquisição de equipamentos de rega para os espaços verdes

Deliberação: Aprovada Reprovada

Unanimidade Maioria

Votos a favor	
Presidente	
Carlos Casimiro	X
Secretária	
Helena Cardoso	X
Tesoureiro	
João Castanho	X
1.º Vocal	
Dâmaso Martinho	X
2.º Vocal	
Cristina Mesquita	X
3.º Vocal	
Ricardo Varandas	X
4.º Vocal	
Victor Ferreira	X
Total	7

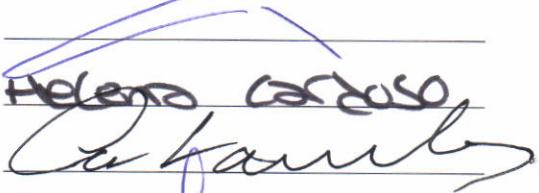
Votos contra	
Presidente	
Carlos Casimiro	
Secretária	
Helena Cardoso	
Tesoureiro	
João Castanho	
1.º Vocal	
Dâmaso Martinho	
2.º Vocal	
Cristina Mesquita	
3.º Vocal	
Ricardo Varandas	
4.º Vocal	
Victor Ferreira	
Total	0

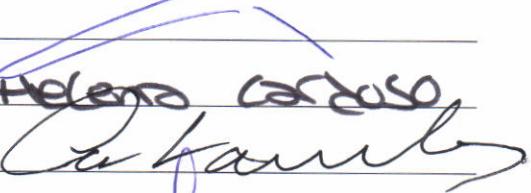
Abstenções	
Presidente	
Carlos Casimiro	
Secretária	
Helena Cardoso	
Tesoureiro	
João Castanho	
1.º Vocal	
Dâmaso Martinho	
2.º Vocal	
Cristina Mesquita	
3.º Vocal	
Ricardo Varandas	
4.º Vocal	
Victor Ferreira	
Total	0

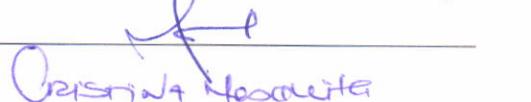
Aprovada em minuta, na reunião de 2021.05.06 para efeitos do disposto nos termos do n.º 3 e n.º 4 do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e n.º 4 e n.º 6 do artigo 34.º do Código de Procedimento Administrativo.

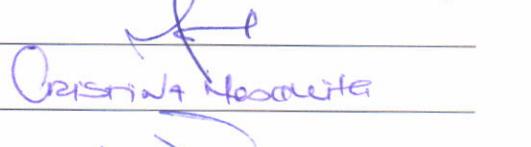
A Junta de Freguesia

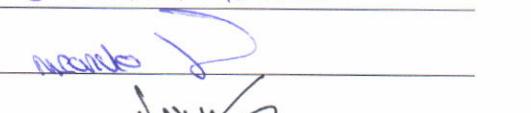
O Presidente: _____

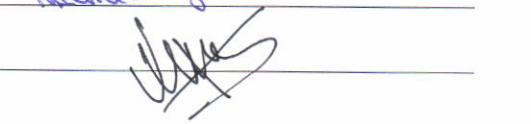
A Secretário: 

O Tesoureiro: 

O 1.º Vocal: 

A 2.º Vocal: 

O 3.º Vocal: 

O 4.º Vocal: 



- g) Autorizar que não haja lugar a prestação de caução nos termos previstos no n.º 2 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos, nem a retenção, a título de garantia, de 10% do pagamento a efetuar, atendendo à simplicidade e natureza da contratação e ao facto de a sua exigência poder importar um agravamento do preço contratual;
- h) Autorizar que no âmbito do presente procedimento não haja lugar a fase de negociação de acordo com o artigo 118.º do Código dos Contratos Públicos;
- i) Aprovar que seja designado o funcionário supramencionado como gestor do contrato, em conformidade com o n.º 1 do artigo 290.ºA do Código dos Contratos Públicos;
- j) Designar, ao abrigo do artigo 67.º do Código dos Contratos Públicos, o Júri suprarreferido para condução do procedimento;
- k) Determinar que o Critério de Adjudicação seja o previsto na alínea b) do n.º 1 do Artigo 74.º do Código dos Contratos Públicos;
- l) Autorizar que, ao abrigo do n.º 1 do art.º 109.º, conjugado com o n.º 2 do artigo 69.º, seja delegado no Júri do Procedimento a competência para prestar os esclarecimentos previstos na alínea a) do n.º 5 do artigo 50.º, todos do Código dos Contratos Públicos.

AgualvaCacém, 06 de maio de 2021

O Presidente da Junta de Freguesia



Carlos Casimiro

Aquamatic S.A., Sistemas de Rega Automática.

Hidraulicart

Canalcentro, SA.

Outros

VOSSA REFERÊNCIA	DATA	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
-	-	-	-

ASSUNTO: Procedimento por Consulta Prévia para a "Aquisição de equipamentos de rega para os espaços verdes" - Procedimento n.º A13/2021 – Convite

No âmbito do procedimento em epígrafe e ao abrigo do artigo 115.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), convida-se V. Exa. a apresentar proposta para a aquisição supracitada, nos termos seguintes e nos constantes no Caderno de Encargos:

I. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE ADJUDICANTE

A entidade adjudicante é a Junta de Freguesia de Agualva e Mira Sintra, pessoa coletiva n.º 510 833 896, na Rua António Nunes Sequeira, 16B, 2735-054 Agualvacaçém, com o número de telefone 219 188 540.

II. ÓRGÃO COMPETENTE PARA A DECISÃO CONTRATAR

Nos termos consignados no n.º 1 do artigo 36.º do CCP, e por deliberação do Órgão Executivo da Junta de Freguesia de Agualva e Mira Sintra, em reunião de 06 de maio de 2021, foi autorizada a despesa e a abertura do presente procedimento com recurso a Consulta Prévia.

III. FUNDAMENTO DA ESCOLHA DE CONSULTA PRÉVIA

O presente procedimento de Consulta Prévia tem enquadramento na alínea b) do nº 1 do artigo 16.º do CCP.

IV. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

O adjudicatário deve apresentar, no prazo de 5 (dias) a contar da notificação da adjudicação os seguintes documentos comprovativos ou a disponibilização de acesso para a sua consulta online, de que se encontra nas seguintes situações:

- Situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;

- b) Situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;
- c) Certificado de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, de todos os titulares dos órgãos sociais da administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e i) do artigo 55.º do CCP;

Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação entregues pelo adjudicatário será concedido um prazo adicional de 2 dias úteis destinado ao seu suprimento, conforme o disposto n.º 3 do artigo 86.º do CCP.

V. PRAZO E MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

A proposta e os documentos que a acompanham devem ser apresentados até às 23:59 horas do 5.º dia a contar do envio através do e-mail: contratacao@jf-agualvamirasintra.pt.

VI. PROPOSTA

A proposta deve ser elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I ao presente convite, a qual manifesta a vontade da entidade convidada a prestar os referidos serviços, com a indicação das condições em que se dispõe fazê-lo, formulada por qualquer meio escrito e redigida em língua portuguesa;

A proposta deve ser instruída com os seguintes documentos:

- a) Declaração prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I ao mesmo diploma legal (Anexo II do presente convite);
- b) Descrição do âmbito da proposta;
- c) Preço total e nota justificativa dos preços apresentados;

VII. PREÇO ANORMALMENTE BAIXO

É considerado preço anormalmente baixo, o preço total resultante da proposta, que seja 50% ou mais inferior ao preço base fixado no artigo 7.º do Caderno de Encargos, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º do CCP.

VIII. PROPOSTAS VARIANTES

Não são admitidas propostas que envolvam alterações das cláusulas do CCP.

IX. NEGOCIAÇÃO

As propostas não serão objeto de negociação.



X. PRAZOS DA ALÍNEA J) DO Nº 1 DO ARTIGO 115.º DO CCP

O prazo de apresentação dos documentos de habilitação e de supressão de irregularidades é de 10 dias, a contar da data da notificação de adjudicação.

XI DESPESAS E ENCARGOS DE REDUÇÃO DO CONTRATO A ESCRITO

Quando existam, as despesas e os encargos inerentes à redução do contrato a escrito correm por conta do adjudicatário.

Com os melhores cumprimentos

O Presidente da Junta de Freguesia

Carlos Casimiro

ANEXO I

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c)
do n.º 3 do artigo 256.º -A, conforme aplicável]

1. ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.
2. Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):
 - a)...
 - b)...
3. Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.
4. Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
5. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.
6. Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.
7. O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local).... (data).... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.



- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º
- (4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO II

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1. ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:
 2. O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
 3. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.
- ... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º



CADERNO DE ENCARGOS

PROCEDIMENTO N.º A13/2021

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE REGA PARA OS ESPAÇOS VERDES



CAPÍTULO I Disposições Gerais

ARTIGO 1º OBJECTO DO CONTRATO

O presente caderno de encargos comprehende as cláusulas do contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição de serviços de seguros da Junta de Freguesia, pelo prazo de doze meses.

ARTIGO 2º CONTRATO

1. O contrato é composto pelo respectivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra os seguintes elementos:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelo concorrente, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as rectificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os vários documentos que integram o contrato, a prevalência obedece à ordem pela qual vêm enunciados no número anterior.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.
5. O contrato a celebrar abrange a transferência dos riscos identificados nas cláusulas técnicas deste caderno de encargos e que decorrem da atividade da Junta de Freguesia de Agualva e Mira Sintra, quando se verifique a data de termo da apólice de seguro vigente.
6. O objeto do contrato abrange o cumprimento das especificações técnicas incluídas na cláusula presente no Anexo I do presente Caderno de Encargos, com a seguinte composição:

CAPÍTULO II Obrigações Contratuais

Secção I Obrigações do Adjudicatário



ARTIGO 3.º

Funções a desempenhar no âmbito da prestação de serviços

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais:

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, decorre para o Adjudicatário a obrigação de desenvolver serviços de mediação de seguros a realizar por iniciativa da Junta da Freguesia de Agualva e Mira Sintra.
2. A título acessório, o **Adjudicatário** fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos e materiais que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

ARTIGO 4.º

SIGILO E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

1. O **Adjudicatário** deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ou detida pelo **Contraente Público**, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objecto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo, a informação e a documentação que o **Adjudicatário** seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. Após a cessação do contrato, o adjudicatário compromete-se a devolver ao **Contraente Público** todas as informações a esta pertencentes, que tiver na sua posse e que estejam contidas em forma impressa, escrita, desenhada, gravada ou em suporte informático, não retendo qualquer cópia ou extrato das mesmas.

ARTIGO 5.º

PRAZO DO DEVER DE SIGILO

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de cinco anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas públicas.

ARTIGO 6º

INCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS



Caso se verifique o incumprimento de alguma das obrigações contratuais por parte do Adjudicatário, deve o mesmo corrigi-los de imediato, após comunicação para o efeito da Junta de Freguesia de Agualva e Mira Sintra.

1. Caso o incumprimento referido no número anterior se mantenha a Junta de Freguesia de Agualva e Mira Sintra pode resolver o Contrato, devendo para tanto comunicar a Deliberação de Resolução, por carta registada com aviso de receção a enviar ao Adjudicatário, após realização da audiência de interessados.

Secção II **Obrigações do Contraente Público**

ARTIGO 7.º **PREÇO CONTRATUAL**

1. Pela prestação dos serviços objecto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, o **Contraente Público** obriga-se a pagar ao **Adjudicatário** o preço até ao máximo constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao **Contraente Público**.
3. O preço base é de **€13.500,00** (treze mil e quinhentos euros), ao qual acresce o IVA à taxa legal aplicável.

ARTIGO 8.º **CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

1. As quantias devidas pelo **Contraente Público**, serão pagas em conformidade com o disposto nos artigos 299º e 299-A do CCP, e, com a observância do estipulado nas seguintes alíneas:
 - a) Em caso de discordância por parte da Junta de Freguesia, quanto aos valores indicados nos Aviso/Recibo, deverá esta comunicar os respetivos fundamentos, ficando o **Adjudicatário** obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de novo Aviso/Recibo corrigido;
 - b) O pagamento do prémio será efetuado no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da fatura e ou dos esclarecimentos de dúvidas referentes às mesmas;
 - c) O **Adjudicatário** aceita não proceder à anulação das apólices até 30 (trinta) dias contados a partir da data de vencimento, desde que haja aceitação da dívida por parte da autarquia, e, o seu compromisso de proceder ao pagamento naquele prazo;
 - d) Salvo convenção em contrário, os recibos são pagos através de transferência bancária;
 - e) O pagamento será efetuado trimestralmente e/ou anualmente, não havendo lugar a sobretaxa pelo fracionamento do pagamento;
 - f) Os avisos/recibos apresentados pelo prestador de serviços deverão conter os seguintes elementos: identificação do processo e da fatura, período de faturação,



descrição do co-contratante, descrição do contraente público, condições contratuais de pagamento e descriminação dos valores parciais e total faturados.

2. Face ao pagamento do prémio de cada seguro, é da competência do **Contraente Público** decidir qual será a hipótese mais vantajosa:
 - a) Anulação imediata da apólice vigente e início do contrato com a nova seguradora;
 - b) Término da apólice vigente e posterior contrato com a nova seguradora.

Secção III **PROPRIEDADE INTELECTUAL**

ARTIGO 9º **PROPRIEDADE INTELECTUAL**

1. Constituem propriedade originária da **Contraente Público**, toda a informação recolhida relativa à carteira de seguros da autarquia.
2. Os direitos acima referidos não abrangem os conhecimentos, experiência e know-how adquiridos durante a prestação de serviços objecto do presente contrato, pelo que o **Adjudicatário** poderá utilizar estes elementos para a prestação de serviços profissionais a terceiros.
3. O **Adjudicatário** conservará os direitos de propriedade intelectual e direitos de autor existentes antes da assinatura do contrato e sobre os quais o **Contraente Público** disporá de uma licença de uso não exclusivo e intransmissível para seu uso interno.
4. Em caso algum o **Adjudicatário** terá qualquer restrição no desenvolvimento, para si própria ou para terceiros, de materiais que possam entrar em concorrência com os Produtos, independentemente da sua semelhança com os mesmos, sem prejuízo da estrita observância dos direitos de propriedade intelectual originária da **Contraente Público**, designadamente a faculdade de transformação.

Capítulo III **DA VIGÊNCIA E DA CESSAÇÃO DO CONTRATO**

ARTIGO 10º **VIGÊNCIA DO CONTRATO**

1. O contrato terá a duração de 12 meses, com ínicio na data de celebração do contrato, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.
2. A prestação dos serviços iniciar-se-á em data a notificar ao **Adjudicatário**, não podendo a mesma ultrapassar o prazo de 5 dias úteis a contar da data da assinatura do contrato.

ARTIGO 11º **CESSAÇÃO DO CONTRATO**



1. A Junta de Freguesia de Agualva e Mira Sintra poderá resolver o contrato nos casos que se indicam:
 - a) Quando se verificar que a execução do contrato não corresponde às características que lhe são atribuídas na proposta e restante documentação apresentada pelo adjudicatário;
 - b) Quando, durante a vigência do contrato, o adjudicatário haja sido declarado interdito, inabilitado, falido ou insolvente;
2. O contrato extingue-se por caducidade na data do seu termo.
3. A Junta de Freguesia de Agualva e Mira Sintra pode denunciar livremente e a todo o tempo o presente contrato sem que a outra parte possa reclamar ou exigir compensação e ou indemnização, desde que seja observado o aviso prévio de 15 dias sobre a data da denúncia, através de carta registada com aviso de receção.
4. No caso de inobservância do período mínimo do aviso prévio de 15 dias, a denúncia produzirá todos os seus efeitos, sendo que neste caso a parte afetada poderá reclamar indemnização e ou compensação pelos prejuízos sofridos.
5. A Junta de Freguesia de Agualva e Mira Sintra pode resolver o contrato sempre que razões de interesse público, devidamente fundamentadas, o imponham.

ARTIGO 12º EFEITOS DA RESOLUÇÃO

1. Em caso de resolução do Contrato pela Junta de Freguesia de Agualva e Mira Sintra por facto imputável ao Adjudicatário, este fica obrigado ao pagamento à Junta de Freguesia de Agualva e Mira Sintra de uma indemnização correspondente a 15% (quinze por cento) do preço contratual, a título de cláusula penal indemnizatória.
2. A indemnização é paga pelo Adjudicatário no prazo de 30 (trinta) dias após a notificação da resolução do Contrato.
3. O disposto no número anterior não prejudica o direito de indemnização nos termos gerais, nomeadamente pelos prejuízos decorrentes da adoção de novo procedimento de formação de Contrato.

ARTIGO 13.º CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir casos de força maior, verificados os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.



3. Não constituem casos de força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
3. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

ARTIGO 14º

RESOLUÇÃO POR PARTE DO CONTRAENTE PÚBLICO

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Contraente Público pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário incumprir de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração efetuada ao adjudicatário, nos termos previstos no Código dos Contratos Públicos.

ARTIGO 15.º

RESOLUÇÃO POR PARTE DO ADJUDICATÁRIO

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o adjudicatário pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de três meses, excluindo os juros.
2. O adjudicatário pode exercer o direito de resolução mediante declaração enviada à Contraente Público, a qual produzirá efeitos 30 (trinta) dias após a sua receção, salvo se esta última cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.



3. A resolução do contrato, nos termos dos números anteriores, determina a cessação de todas as obrigações decorrentes da celebração do mesmo.

Capítulo IV DISPOSIÇÕES FINAIS

ARTIGO 16.º COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

ARTIGO 17.º FORO COMPETENTE

As partes convencionam que todos os litígios emergentes do presente contrato serão resolvidos no foro administrativo da sede do **Contraente Público** com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 18.º LEGISLAÇÃO APlicável

São aplicáveis, em especial, ao presente contrato os Capítulos IV e V do Título I e Capítulo V do Título II, da Parte III do Código dos Contratos Públicos.

Anexo I
Cláusulas Técnicas

Cláusula 1º.

CARACTERÍSTICAS E ESPECIFICIDADES DOS EQUIPAMENTOS DE REGA

1. Os equipamentos de rega devem ter as seguintes características:

tipo	marca	artigo - referência	especificações	estações	energia	quantidade
programadores	solem	LR-IP1	conexão LoRa WiFi e Bluetooth	1	pilha 9V	10
programadores	solem	LR-IP2	conexão LoRa WiFi e Bluetooth	2	pilha 9V	20
programadores	solem	LR-IP4	conexão LoRa WiFi e Bluetooth	4	pilha 9V	2
eletroválvulas	rain-bird	100-DV 1" c/ solenóide 9 V	caudal de 0,05 a 9,08 m3/h	n/a	pilha 9V	10
eletroválvulas	rain-bird	150-PGA 1 1/2" c/ solenóide 9 V	caudal de 6,81 A 22,7 m3/h	n/a	pilha 9V	10
solenóides	rain-bird	9 V para válvulas	tem que ter compatibilidade com eletroválvulas adquiridas	n/a	pilha 9V	10
aspersores	rain-bird	3504-PC	setorial e circulo completo	n/a	pilha 9V	50
aspersores	rain-bird	5004 E	setorial e circulo completo	n/a	pilha 9V	50
bicos aspersores	rain-bird	para serie 3500	-	n/a		100
bicos aspersores	rain-bird	para serie 5400	-	n/a		100
pulverizadores	rain-bird	uni-spray	com bicos 15 VAN	n/a		100
bicos pulverizadores	rain-bird	uni-spray	15 VAN	n/a		100

tipo	marca	artigo - referência	especificações	estações	energia	quant.	preço	ttl
programadores	solem	LR-IP1	conexão LoRa WiFi e Bluetooth	1	pilha 9V	10	€ 184,00	€ 1 840,00
programadores	solem	LR-IP2	conexão LoRa WiFi e Bluetooth	2	pilha 9V	20	€ 224,00	€ 4 480,00
programadores	solem	LR-IP4	conexão LoRa WiFi e Bluetooth	4	pilha 9V	2	244,00 €	488,00 €
eletroválvulas	rain-bird	100-DV 1" c/ solenóide 9 V	caudal de 0,05 a 9,08 m3/h	n/a	pilha 9V	10	€ 55,80	€ 558,00
eletroválvulas	rain-bird	150-PGA 1 1/2" c/ solenóide 9 V	caudal de 6,81 A 22,7 m3/h	n/a	pilha 9V	10	€ 127,90	€ 1 279,00
solenóides	rain-bird	9 V para válvulas	tem que ter compatibilidade com eletroválvulas adquiridas	n/a	pilha 9V	10	€ 49,20	€ 492,00
aspersores	rain-bird	3504-PC	setorial e circuito completo	n/a	pilha 9V	50	€ 16,10	€ 805,00
aspersores	rain-bird	5004 E	setorial e circuito completo	n/a	pilha 9V	50	€ 18,90	€ 945,00
bicos aspersores	rain-bird	para série 3500	-	n/a	-	100	€ 0,90	€ 90,00
bicos aspersores	rain-bird	para série 5400	-	n/a	-	100	€ 0,90	€ 90,00
pulverizadores	rain-bird	uni-spray	com bicos 15 VAN	n/a	-	100	€ 4,10	€ 410,00
bicos pulverizadores	rain-bird	uni-spray	15 VAN	n/a	-	100	€ 1,60	€ 160,00
							€ 11 637,00	
							IVA 23%	€ 2 676,51
							TTL	€ 14 313,51

tipo	marca	artigo - referência	especificações	estações	energia	quant.	preço	ttl
programadores	solem	LR-IP1	conexão LoRa WiFi e Bluetooth	1	pilha 9V	10 15	184,00 €	2 760,00 €
programadores	solem	LR-IP2	conexão LoRa WiFi e Bluetooth	2	pilha 9V	20 30	224,00 €	6 720,00 €
programadores	solem	LR-IP4	conexão LoRa WiFi e Bluetooth	4	pilha 9V	5	244,00 €	1 220,00 €
eletroválvulas	rain-bird	100-DV 1" c/ solenóide 9 V	caudal de 0,05 a 9,08 m3/h	n/a	pilha 9V	10	55,80 €	558,00 €
eletroválvulas	rain-bird	150-PGA 1 1/2" c/ solenóide 9 V	caudal de 6,81 A 22,7 m3/h	n/a	pilha 9V	10	127,90 €	1 279,00 €
solenoídes	rain-bird	9 V para válvulas	tem que ter compatibilidade com eletroválvulas adquiridas	n/a	pilha 9V	10 20	49,20 €	984,00 €
aspersores	rain-bird	3504-PC	setorial e circuito completo	n/a	pilha 9V	50	16,10 €	805,00 €
aspersores	rain-bird	5004 E	setorial e circuito completo	n/a	pilha 9V	50	18,90 €	945,00 €
bicos aspersores	rain-bird	para serie 3500	-	n/a	50 100	0,90 €	90,00 €	90,00 €
bicos aspersores	rain-bird	para serie 5400	-	n/a	50	100	0,90 €	90,00 €
pulverizadores	rain-bird	uni-spray	com bicos 15 VAN	n/a	50 100	4,10 €	410,00 €	410,00 €
bicos pulverizadores	rain-bird	uni-spray	15 VAN	n/a	50 100	1,60 €	160,00 €	160,00 €

+ \v\Delta

16 021,00 €



FREGUESIA DE AGUALVA E MIRA SINTRA

Folha de Cabimentação

Nº Cabimento: 445

Ano: 2021

Data Registo: 06-05-2021

Data Documento: 06-05-2021

Class. Orgânica: 060000 Obras e Equipamentos, Manutenção e Conse

Class. Económica: 0701040500 Parques e jardins

Projeto e Ação: PPI 04 12

Descrição: Proc. A13/2021 - Aquisição de equipamentos de rega para os espaços verdes

1	Orcamento Inicial	60.000,00
2	Reforços/Anulações	112.613,66
3	Orçamento Corrigido	172.613,66
4	Despesas Pagas	2.930,20
5	Encargos Assumidos (Cabimentos)	747,50
6	Saldo Disponível do Orçamento	168.935,96
7	Despesa Emergente, que fica cativa	14.145,00
8	Saldo Residual do Projeto	98.468,66
9	Saldo Residual	154.790,96

RESPONSÁVEL

Rosário Barbosa



FREGUESIA DE AGUALVA E MIRA SINTRA

Folha de Cabimentação

Nº Cabimento: 445

Ano: 2021

Data Registo: 06-05-2021

Data Documento: 06-05-2021

Class. Orgânica: 060000 Obras e Equipamentos, Manutenção e Conse

Class. Económica: 0701040500 Parques e jardins

Projeto e Ação: PPI 04 12

Descrição: Proc. A13/2021 - Aquisição de equipamentos de rega para os espaços verdes

1	Orçamento Inicial	60.000,00
2	Reforços/Anulações	112.613,66
3	Orçamento Corrigido	172.613,66
4	Despesas Pagas	2.930,20
5	Encargos Assumidos (Cabimentos)	747,50
6	Saldo Disponível do Orçamento	168.935,96
7	Despesa Emergente, que fica cativa	14.145,00
8	Saldo Residual do Projeto	98.468,66
9	Saldo Residual	154.790,96

RESPONSÁVEL

Rosário Barbosa